

A campanha contra o “caveirão” no Rio de Janeiro

The campaign against the “caveirão” in Rio de Janeiro

Alexandre Almeida de Magalhães

Graduando do curso de Ciências Sociais – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

[Endereço para correspondência](#)

RESUMO

Nas últimas décadas, a violência urbana associada ao tráfico de drogas tem atingido níveis alarmantes no Rio de Janeiro, levando sua população a requerer alguma resposta por parte das forças de segurança estatais. Uma das respostas recentes foi o uso de veículos blindados nas operações policiais em favelas, para enfrentamento do tráfico de drogas ali presente. Com o apoio de ONG's de Direitos Humanos e da Anistia Internacional, estes moradores organizaram, então, uma campanha contra a utilização desse equipamento nas áreas pobres da cidade e a política de segurança pública que o mesmo expressa. Este trabalho analisa a “Campanha contra o Caveirão”, examinando alguns de seus atos e protestos no espaço público, sua divulgação pela internet e seus desdobramentos na imprensa e na opinião pública carioca. Busca refletir sobre o alcance e os limites desse movimento no contexto de violência experimentado no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Violência, Movimentos sociais, Cidadania.

ABSTRACT

For the last decades, the urban violence associated with the drugs traffic has reached alarming levels in Rio de Janeiro, taking its population to ask for any kind of response from the state's security forces. One of the recent responses was the use of armoured vehicles on police operations in the slums to confront the drugs traffic. With the support of human rights ONGs and the International Amnesty, the slum's residents organized a campaign against the utilization of that equipment in the poor areas of the city and the public security policy that it represents. This work analyses the “Campaign against Caveirão”, investigating some of its acts and protests at the public space, its spreading through the internet and its evolution in the press and public opinion as well. It intends to reflect about the extension and limits of that campaign in the context of violence experienced in Rio de Janeiro.

Keywords: Violence, Social movements, Citizenship.

Introdução

Tem-se notado, nas últimas duas décadas, o crescimento da violência urbana no Brasil e especialmente no Rio de Janeiro. A violência crescente na cidade e as dimensões que assumiu têm exigido, por parte das autoridades, uma série de soluções para o enfrentamento dessa questão. Muitas das ações empreendidas pelas forças de segurança possuem caráter pontual, o que acentua seu modo descentralizado e difuso de atuar, demonstrando a falta de articulação nas ações contra a violência. Uma das conseqüências, e também como fruto da (ou falta de uma) política pública de segurança é que uma determinada camada da sociedade acaba sofrendo mais com ações das forças de segurança. Essa camada é constituída pelos moradores pobres da cidade, especialmente os moradores de favelas, em relação aos quais é construída uma série de estigmas negativos, com os quais a atuação da polícia justifica suas ações nas regiões habitadas por esses moradores.

Esses estigmas, construídos ao longo do tempo por diversos grupos da sociedade, são erigidos a partir da forma como é tratada a questão da violência, principalmente a que é ligada ao tráfico de drogas. A violência é tratada como um confronto, uma "guerra" entre os bandidos e a polícia, entre morro e asfalto, entre o "mal" e o "bem". À medida que se ampliava a percepção de agravamento da violência ou mesmo quando esta entrava no debate eleitoral, reafirmava-se a metáfora da guerra (LEITE, 2000). Dada a identificação que se faz no ideário corrente na cidade, entre favela e lócus da violência, aos moradores destas localidades é negado o direito à segurança, como se, por sua condição de "favelados", - e por isso "potencialmente criminosos"- não pudessem ter acesso a mais esse direito. Essa situação de "guerra" não permite, de acordo com o imaginário corrente, nenhuma forma de condescendência com uma política de direitos humanos e de respeito aos direitos civis dos moradores dessas localidades (LEITE, 2000).

A justificação de qualquer ação policial dentro desse contexto de "guerra" contra o tráfico e a violência se faz perceber em diversas colocações, tanto por parte das autoridades públicas, quanto da população em geral. Principalmente para os que moram no "asfalto", a polícia deveria agir de forma a não permitir que o tráfico "desça" e assim leve aos seus moradores suas práticas violentas e indesejáveis. Desta forma, nega-se aos moradores de favela o mesmo direito que os moradores do asfalto querem preservar e que seria impedido pela violência ligada ao tráfico: o direito de ir e vir, o direito à segurança e à própria vida. Não se percebe que não são apenas os que moram no "asfalto" que se encontram ameaçados pela violência crescente, mas também os que moram nas favelas. Estes se encontram no limite, afligidos tanto pela violência do tráfico, quanto pela violência praticada pelas forças de segurança pública.

Para enfrentar essa situação, moradores de favelas criaram a Rede de Movimentos e Comunidades Contra a Violência (REDE), com o objetivo de articular uma série de atores sociais e empreender uma luta contra a violência policial que atinge os moradores de favelas. A REDE¹, formada por iniciativa de mães de vítimas e de organizações comunitárias de diversas favelas, é o resultando concreto de um processo, que teve início com a morte de quatro jovens por policiais no Borel, favela da Zona Norte do Rio de Janeiro. Relatos de moradores apontam que, momentos antes de serem mortos, teriam dito a seguinte frase: "posso me identificar?". Mas não tiveram essa oportunidade. Esses atores também pretendem, na esfera do ideário coletivo, modificar a imagem associada a eles e que facilita e justifica toda e qualquer ação violenta por parte do Estado. Embora haja uma diversidade interna à REDE, o que os une é o fato de terem um objetivo que é comum a todos que dele participam: lutar contra a violência policial e o estigma construído contra os moradores de favelas.

Uma das formas de luta empreendida por esse movimento é a organização de campanhas, que normalmente se estruturam a partir do questionamento de algo concreto. Esse foi o caso da

“Campanha contra o ‘Caveirão’”, organizada no início do ano de 2006, conjuntamente com outras instituições como a Anistia Internacional, a Justiça Global e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis. Esse veículo, intitulado “pacificador” pelas autoridades, teria a intenção de servir de apoio às operações do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar, nas incursões feitas por esta instituição nas favelas da cidade e do estado. Ele é conhecido pela população moradora de favelas como “caveirão”, alusão ao emblema do BOPE, que se situa nas laterais do veículo, formado por uma caveira, transpassada por uma espada em cima de duas armas douradas. O argumento para a utilização desse equipamento é a garantia de proteção dos policiais em serviço, dado que a situação de “conflito” enfrentado por eles nessas regiões requer algum tipo de garantia mínima de retornar dessas investidas com vida. É essa campanha o foco desta apresentação, que buscará demonstrar a formulação, o desenrolar e os desdobramentos daquela.

O “caveirão” como arma de guerra

Muito além de ser uma nova “arma” na luta contra a violência, notadamente a violência ligada ao tráfico de drogas e de armas, a utilização deste veículo nas incursões da polícia nas favelas materializa o tipo de formulação e percepção, consolidada pela opinião pública dominante na cidade, de que a situação se trata de uma guerra contra um território específico. O que só faz alimentar, cada vez mais, a “metáfora da guerra”, metáfora construída no/pelo imaginário coletivo, de forma que acaba por tomar por completo as próprias instituições que seriam destinadas a serem as garantidoras do direito à segurança aos moradores do Estado.

As conseqüências da utilização deste equipamento de guerra numa cidade historicamente marcada por contradições e violências contra suas classes pobres têm sido as piores possíveis. Mas do que ser uma nova forma de agir das forças de segurança estatais, o “caveirão” tem se tornado a principal arma que continua, tanto materialmente, mas principalmente simbolicamente, “exterminando” a população residente em favelas. Identificados como alheios à ordem da cidade e também como colaboradores dos criminosos ligados ao tráfico enquistados nesses espaços, nessa situação de conflito – e em estado de exceção – lhes são negados todo e qualquer direito. Especialmente o direito à própria vida. Se antes as organizações populares, provenientes de favela, lutavam pelo acesso à cidade e contra os mecanismos geradores da segregação sócio-espacial, hoje, além disso, eles lutam pela possibilidade de se manterem vivos.

A campanha

É nesse contexto que se formulou a “Campanha contra o Caveirão”. No dia 13 de março de 2006, a REDE, a Anistia Internacional, Justiça Global e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, lançaram uma campanha, a nível internacional, num ato realizado no Centro do Rio de Janeiro, que defendia o fim imediato da utilização do blindado pela PM do Rio de Janeiro nas comunidades pobres do Estado. Esse era o alvo principal e mais imediato da campanha. Mas a intenção dela era ir muito além disso. Era questionar a política de segurança construída pelo Estado, assim como desconstruir o imaginário fortemente negativo contra os moradores de favela. Participaram desse ato de lançamento inúmeras organizações da sociedade civil e movimentos sociais, como os próprios idealizadores da Campanha, assim como as Mães do Caju, mães que tiveram seus filhos vitimados pela violência, Movimento dos Sem-teto, Gente Viva, Central de Movimentos Populares, Movimento Moleque, Comitê Suíça, representantes de associações de moradores e muitos outros. Algumas das várias pessoas que participaram deste lançamento ressaltaram a necessidade da polícia paralisar as atividades do “caveirão” e respeitar os direitos de cidadania das “comunidades”.

“A gente tamos esperando que o caveirão venha realmente sair das comunidades né, e que a gente a partir de agora podemos mudar essa cultura de só pobre, o caveirão só entra..., não

se tem que ir ..., acho que tem que ir nos condomínios também, porque lá também tem muito bandido engravatado de caneta né." (S., participante do ato)²

A atividade central do ato foi o início de um abaixo-assinado, o qual teria a função de recolher assinaturas, que seriam encaminhadas ao governo do Estado. Esse abaixo-assinado foi uma das formas encontradas pela campanha, para fazer algum tipo de pressão junto às autoridades do Estado. A outra forma de mobilização e pressão era um postal, que deveria ser preenchido, especialmente por aqueles residentes fora do país, dado que era uma campanha internacional, e encaminhados diretamente ao governo estadual. Listas e postais foram distribuídos para diversas entidades e movimentos sociais da cidade.

Após esse ato de lançamento, portanto, as atividades se concentraram na mobilização das entidades e pessoas envolvidas para recolherem o máximo de assinaturas possível e encaminhá-las ao governo.

Houve atos em favelas e participação em debates, porém, o centro da campanha foi a coleta de assinaturas, cuja organização se processou através da REDE virtual. Analisando a construção da campanha pela lista de discussão, podemos traçar o desenvolvimento desta ao longo do ano, com momentos de intenso debate, outros nem tanto, e os apoios que a campanha foi ganhando com o tempo. Analisarei aqui dois períodos, o primeiro compreendendo os meses que antecederam a campanha e os meses em que se desenvolveu a própria campanha, e o segundo compreendendo a tentativa e articulação para a retomada da mesma.

Em janeiro, a discussão ficou centrada na criação e formatação de uma cartilha que seria entregue às autoridades, contendo informações sobre o uso do "caveirão". Houve uma pequena polêmica, que envolvia a possibilidade e a necessidade das decisões sobre a produção do material serem tomadas de forma coletiva pelos integrantes da campanha. Nesse mesmo período, houve uma discussão sobre a criação dos postais, que seriam encaminhados ao governo estadual. Foi proposta também a criação de um comitê de campanha, cuja função seria agilizar as tarefas e objetivos da campanha.

Em fevereiro, poucos e-mails, mas houve algumas propostas para a condução da campanha. A primeira delas foi a criação de um "bonde da cultura contra o caveirão", como forma de dinamizar a campanha, especialmente nas comunidades em que há, segundo o integrante que propôs isso, maior "resistência" em relação às assinaturas para o abaixo-assinado. Esse "bonde" consistiria numa série de atividades envolvendo exposições de vídeo e discussões em escolas públicas e particulares, centros comunitários, ONG's e outros lugares. Aparecem, em menor número, mais alguns e-mails, falando sobre a formatação da cartilha. É nesse momento também que a campanha começa a receber mais apoios. O CMI (Centro de Mídia Independente), um coletivo que busca ser uma ferramenta de difusão de informações para os movimentos sociais, propõe colaborar com a campanha, publicando materiais e demais demandas que aparecessem.

Março foi o mês de lançamento da campanha. Houve e-mail's em resposta ao apoio prestado pelo CMI, solicitando inclusive que eles se envolvessem na campanha, colaborando para que as pessoas que não possuísem acesso à Internet pudessem contar um pouco de sua experiência no contato que tiveram com o "caveirão". Foi também um período em que foram aparecendo mais apoios de pessoas querendo saber como poderiam contribuir com a campanha. A resposta dos integrantes desta era sempre de que a melhor forma era divulgando a campanha em seus estados de origem, assim como recolhendo assinaturas para o abaixo-assinado. Pela primeira vez, um dos e-mails informa sobre o cartaz que está sendo produzido, convocando para o ato de lançamento oficial da campanha. Esse mesmo e-mail traz a informação de que a Anistia Internacional contabilizou 20 países como participantes da campanha. Muitos e-mail's informam da divulgação da campanha por vários meios de comunicação, desde informativos eletrônicos e alguns sites da Internet, assim como nos jornais de grande circulação do Rio de Janeiro e São Paulo. Só que, nesse mesmo mês, as discussões acerca da organização e divulgação da campanha dividiram espaço com uma outra discussão, diretamente ligada às questões colocadas pela campanha: a ocupação, pelo

Exército, de favelas da cidade. Percebi que os e-mail's desse período centraram a maior parte da discussão nesse fato. Nesse período, o Exército, para recuperar fuzis que foram roubados do Estabelecimento Central de Transportes, ocupou o Morro da Providência e, segundo alguns relatos, impondo controle das entradas e saídas da favela, impondo toque de recolher. Foi o mês com mais acessos e debates, pois também dividiu espaço com os e-mail's que tentavam organizar e divulgar o segundo encontro da REDE, que tinha por objetivo tentar definir, mais sistematicamente, o que é a REDE e o que querem os indivíduos que dela participam.

No mês de abril, novamente apareceram e-mail's de apoio à campanha, divulgação de reportagens que foram publicadas em grandes jornais cariocas que informavam sobre a campanha e a utilização do "caveirão". Um dos e-mail's informa que a coordenação da campanha decidiu (num ato realizado no Jacarezinho) convocar uma reunião ampliada para discutir o encontro que tiveram com o BOPE e para se prepararem para a reunião que haveria, na Uerj, com a polícia e o Secretário de Segurança do Estado.

Partindo para o mês de junho, mês previsto para a entrega das assinaturas, as discussões sobre a campanha foram retomadas, embora não haja nenhum e-mail que informe alguma coisa sobre o próprio ato de lançamento. Na primeira metade do mês, há uma pequena discussão sobre a utilização, ou não, do "caveirão" nas favelas da cidade. Um e-mail (de uma pessoa claramente identificada como não participante do movimento) condenava a campanha, dizendo que não fazia sentido a retirada do "caveirão" das operações da polícia. Na segunda metade do mês, um dos integrantes da REDE envia um e-mail, questionando a validade da campanha, dos atos e protestos contra o "caveirão". Houve muitas respostas a esse e-mail, alguns o apoiando, outros discordando e outros ainda dizendo que esse debate deveria ser travado numa reunião da própria REDE, mas sempre coletivamente. Isso demonstra a polarização em torno dos argumentos pró e contra o "caveirão". O que está em questão aqui é que essa polarização, a qual, em uma certa medida, é estimulada pela repercussão que a Campanha teve na mídia, especialmente a partir de diversos artigos e declarações de autoridades do estado, sendo que o mais contundente de todos, no período, tenha sido o artigo do então Secretário de Segurança Pública, Marcelo Itagiba, cujo sentido se explicitaria no título "Ou o caveirão, ou o tráfico"³.

Após um certo período, que se estendeu do dia do ato de lançamento até o momento da entrega das assinaturas, em junho de 2006, programou-se um ato de entrega das mesmas, na sede do governo estadual. A manifestação contou com a presença da REDE, do Partido Socialismo e Liberdade (e o seu candidato ao governo estadual, Milton Temer), estudantes, moradores de favela, mães de vítimas da violência, dentre outros. O início do ato foi conturbado, pois a polícia dizia haver alguma irregularidade com o carro de som. Alguns manifestantes tentaram contornar a situação, tentando a liberação do carro de som para que o ato tivesse prosseguimento. Outros propunham que o ato iniciasse sem o carro de som. A manifestação foi composta majoritariamente por jovens estudantes, contando com pouca participação das comunidades, as mais diretamente interessadas no sucesso da campanha, assim como da população da cidade como um todo. O ato teve início no Largo do Machado, se dirigindo para a sede do Governo estadual. Em termos numéricos, a participação também não foi tão significativa. A disposição das pessoas ao longo da manifestação expressava o predomínio de certos grupos presentes: os estudantes e jovens, maioria dos participantes do ato, situavam-se no início do ato, enquanto os moradores de favela presentes e as mães de vítimas de violência, em presença reduzida, localizavam-se no final do ato. As "posições" dos diversos grupos presentes eram bem demarcadas, como se cada um tivesse um espaço próprio dentro de um ato que era feito por vários grupos e movimentos. A manifestação transcorreu com pequenos desentendimentos com a polícia, por conta da ocupação de uma faixa do trânsito, mas sem nenhuma outra grande complicação. O desfecho se deu em frente ao Palácio Guanabara, com a formação de uma pequena comissão responsável por entregar as assinaturas (em torno de sete mil) à governadora do Estado.

Esse ato me pareceu "bom para pensar" os limites de um movimento social contra a violência realizado por moradores de favela. A situação de violência a que estão submetidas, tanto pelo tráfico, quanto pela polícia, torna a participação desses indivíduos mais difícil por conta mesmo

do medo que lhes é imposto por essas duas “forças”. Medo de alguma forma de retaliação ou mesmo da perda da própria vida, justamente pelo fato de serem vistas como partícipes de um movimento que contesta a ação dessas duas “forças”. Medo esse gerado pelo que Machado da Silva (2004) chama de “sociabilidade violenta”, ou seja, a violência tornada princípio, sendo a força utilizada como forma de estruturar as relações sociais.

"Acho que as comunidades estão muito temerosas em participar... é o grande problema de um movimento contra a violência, é a, o medo das pessoas, que é totalmente justificado. O que as pessoas sofrem no dia-a-dia na favela [...] tem mais é que ter medo mesmo, né." (M., militante da REDE)⁴

E, segundo um militante do movimento contra a violência, o “caveirão” teria se tornado o melhor instrumento de policiais corruptos, na medida em que o blindado é utilizado como forma de pressionar os bandidos por melhores condições nas trocas com estes. Segundo o mesmo militante, não haveria uma guerra entre bandido e policiais, e sim um sistema de relação que garantiria o lucro advindo do tráfico de drogas para ambos os lados. A guerra, na verdade, seria pela definição do melhor preço ou da quantia que seria destinada a cada uma das partes envolvidas. Nesse contexto, o “caveirão” teria dado uma poder de negociação jamais visto pelos policiais corruptos.

"Não é uma relação de uma parte lutando contra a outra. É uma parte que está junto com a outra para determinar o nível de pagamento [...] é uma disputa pela fração do lucro do tráfico. E o caveirão deu à polícia um poder de negociação de extrair uma parte do lucro, muito grande. É por isso que a maior parte dos policiais corruptos e assassinos adoram o caveirão⁵".

O abaixo-assinado foi entregue. Entretanto, a reivindicação imediata, qual seja, a da suspensão da utilização, pela PM, do blindado conhecido como “caveirão”, não aconteceu. Apesar disso, segundo relato dos próprios organizadores da campanha e representantes dos movimentos que construíram a mesma, a campanha teve sucesso em parte. Isso porque, se não teve a dimensão esperada dentro das próprias favelas em que o “caveirão” é utilizado, ela entrou no debate político, dado que estivemos a pouco em plena campanha eleitoral para o governo do Estado. Segundo um dos militantes, praticamente todos os candidatos se posicionaram contrariamente à utilização do blindado, comprometendo-se em eliminar a utilização desse equipamento. À época da campanha eleitoral, os cinco principais candidatos ao governo estadual⁶ posicionaram-se contra a utilização do “caveirão”. Essa parece ser, quando se analisam os discursos dos organizadores da campanha, a principal conquista desta, já que agora eles possuem a possibilidade de um questionamento direto, face às autoridades estaduais, principalmente com o governador eleito.

"A gente sentiu que teve a importância, se não teve a importância, da capacidade, capacidade de num primeiro momento de impedir a utilização do caveirão, pois ela continua. Eles continuam indo, mas colocou como pauta de diversos setores da sociedade, inclusive gente que não tinha falado disso que eram esses candidatos todos. A gente viu nessa campanha um monte de candidato falando do caveirão, quase todos os candidatos a governador falaram. Isso permite ao movimento organizado das favelas dá um passo adiante" (M., militante da REDE).

Apenas em setembro, a discussão foi retomada. Um e-mail, enviado por um militante de um movimento por direitos humanos, solicita informações sobre a campanha e a utilização do “caveirão” nas favelas. Em resposta, um dos integrantes da REDE, convoca aos participantes deste movimento a responderem às questões colocadas. É o período em que se iniciou uma tentativa de retomar a campanha, considerando que estávamos em pleno período eleitoral, aproveitando esse momento para se posicionarem contra o que chamam de “candidatos do caveirão”, como forma de denunciá-los.

Em outubro, e-mail's divulgam uma convocação para uma reunião de reavaliação e continuidade da campanha para o início do mês. Houve uma tentativa de recuperar a campanha, de forma a lhe dar novos rumos e lhe garantir mais visibilidade, aproveitando o momento da eleição de um novo governador para o Estado.

Por fim, no dia 06 de novembro, foi realizada uma reunião, que decidiu pela reedição da campanha e pela recuperação de suas atividades, principalmente as de visibilidade pública do questionamento à utilização da “caveirão” e da política de segurança pública implementada nos últimos anos na cidade e no estado. A idéia foi reafirmar o caráter simbólico da campanha, dado que é necessário operar também transformações nas formas de percepção coletiva referentes aos moradores de favela. Desta vez foram criados vários grupos de trabalho, que terão a responsabilidade de rearticular e aglutinar novamente as forças, que estavam dispersas, e que iniciaram a campanha. Um e-mail informa que a escola de samba Porto da Pedra, em seu enredo abordando a África do Sul, cita o “caveirão”:

Sou africano na luta contra o anjo-colonizador imoral e amoral, não tolero opressão, tortura, prisão, pois não há defesa para o indefensável.

Caveirão elitista da maldade, abrindo fogo contra o povo; intolerante “tanque” do preconceito, indiferença, cinismo e egoísmo.

Tombam corpos de meninos mortos, outrora felizes, pelos guetos nos quais negros foram confinados. Quem é humano e quem é sub-humano? Quem enriquece e quem empobrece? O Tigre encontra no leão enjaulado [Nelson Mandella] a inspiração maior, para fazer de um mundo em preto e branco, um universo colorido⁷.

A campanha demonstrou que, muito além do fim da utilização do “caveirão”, o que seus organizadores e militantes colocaram em questão é a gestação de uma nova política de segurança pública, que não seja concebida em termos de uma guerra, mas sim em termos de garantia de direitos fundamentais, especialmente os de ir e vir e a própria vida, e que seja efetivamente para todos os moradores da cidade e não apenas para alguns grupos.

Agora não significa também que acabar com o caveirão é acabar com a violência, temos que discutir uma forma, discutir com que, o sistema de segurança pública nesse país (M., participante do ato)⁸

O basta ao caveirão e obviamente não resolve o problema policial, nem um problema que é histórico de uma polícia corrupta de uma estrutura extremamente de uma segurança pública violenta e corrupta aqui no Rio de Janeiro (MC., participante do ato)⁹

Embora a campanha tenha sido divulgada em diversos lugares e espaços, não contou com tanta participação da sociedade como um todo. Mesmo com alguns jornais de grande circulação – como o jornal O Globo, O Dia, Jornal do Brasil, e a Folha de São Paulo – divulgando, a campanha não surtiu o efeito esperado pelos idealizadores desta. Isso fica refletido também na quantidade de assinaturas recolhidas, até a data da entrega destas ao governo do estado: em torno de sete mil assinaturas. Inexpressivo, se considerarmos que a população da cidade do Rio de Janeiro é formada por aproximadamente 5 milhões de habitantes. Os moradores das favelas não participaram pelos motivos já citados anteriormente: “medo”, tanto da polícia, quanto do tráfico. Já em relação à população da cidade como um todo, podemos levantar a hipótese de que eles tenham se absterido de participar devido à imagem corrente na cidade, de que atos e protestos realizados por moradores de favelas são organizados e comandados pelos traficantes. Ainda é muito forte, no imaginário coletivo, essa forma de conceber a organização dos moradores de favela. Essa imagem era reforçada, muitas vezes, através de artigos publicados nos jornais, que defendiam abertamente a utilização do “caveirão” e a política pública de segurança vigente.

No entanto, como apontado pelos próprios organizadores da campanha e já citado anteriormente, a campanha teve certo mérito, na medida em que sua maior conquista, até então, foi o fato de o “caveirão” e a política de segurança pública do estado terem entrado no debate da campanha eleitoral. O governador eleito vem dando constantemente declarações contra a utilização do “caveirão”, embora o secretário de segurança escolhido para trabalhar em seu governo não tenha dado indicações mais claras nesse sentido. Os integrantes da REDE e da campanha apontam, na lista de discussão, que não se deve ser tão confiante assim numa proposta de época eleitoral, e que agora é mais do que necessário exigir do governador eleito outra política de segurança para o estado.

Referências Bibliográficas

FARIA, J. **Movimento Posso Me Identificar? De objetos da violência à sujeitos da política**. 2004. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Curso de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n. 44, p. 73-90, 2000.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: SILVA, I. (Coord.). **Rio: a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p.33-44.

[Endereço para correspondência](#)

E-mail: inopiabr@ig.com.br

Recebido em: 08/03/2007

Aceito para publicaçãoem: 05/07/2007

Notas

¹ Sobre as motivações e determinantes do surgimento da REDE, ver Faria (2004). A lista de discussão eletrônica dá-se através do e-mail: redecontraviolencia@grupos.com.br.

² Preferi não expor os nomes das pessoas que forneceram entrevistas a mim e aos outros integrantes da pesquisa "Movimentos Sociais e Violência no Rio de Janeiro", coordenado pela Prof.^a Dr. Márcia Pereira Leite.

³ Artigo publicado no jornal O Globo (2006).

⁴ Trecho da entrevista por mim realizada com representante da REDE.

⁵ Idem.

⁶ Sérgio Cabral (PMDB), Denise Frossard (PPS), Marcelo Crivella (PRB), Eduardo Paes (PSDB) e Vladimir Palmeira (PT).

⁷ Trecho retirado do samba-enredo da escola de samba Porto da Pedra para o carnaval 2007.

⁸ Trecho retirado da entrevista realizada por Vanessa, Andréia, Sylvia e Gislaine (integrantes da pesquisa "Movimentos Sociais e Violência no Rio de Janeiro, coordenada pela Prof.^a Dr. Márcia Leite), no ato de lançamento da campanha contra o "caveirão".

⁹ Idem.